

Relatório de Gestão Consolidado



O GRUPO MUNICIPAL

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, designadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, torna manifestamente insuficiente a simples prestação de contas individualizada.

De facto, as contas individuais não permitem obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal, o que dificulta a tomada de decisão por parte dos gestores municipais e não permite uma avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas.

Assim, as contas dos municípios devem ser consolidadas, pois só este instrumento permite dar a conhecer a verdadeira situação económico-financeira do grupo municipal e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas, podendo, consequentemente, contribuir para aperfeiçoar a gestão e o controlo daquelas entidades.

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, veio introduzir a consolidação de contas nos municípios que detivessem serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial. Pretendia-se com as contas consolidadas do grupo local obter uma visão da realidade económica e financeira do grupo municipal.

Todavia, veio a comprovar-se que o quadro legal anteriormente referido comportava, algumas limitações, em especial, a que decorria do âmbito insuficiente do perímetro de consolidação.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

As contas consolidadas do grupo autárquico cumprem ainda a Orientação n.º 1/2010 aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que estabelece um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que, de acordo com o seu artigo 5.º, são de aplicação obrigatória.

Conforme o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades por si controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade tendo como objetivo beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo avalia-se



relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

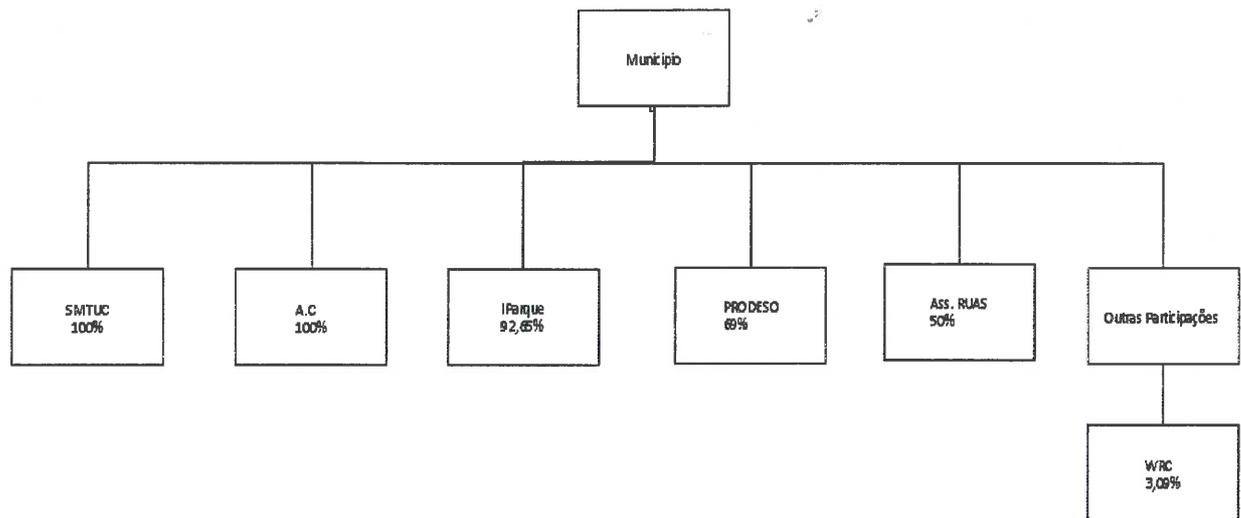
O Município de Coimbra, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituído por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências e que a seguir se apresenta:

IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL

(Un. Euro)			
Entidade	Sede	% de Capital	Valor
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Guarda Inglesa Coimbra	100,00%	
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Rua da Alegria, n.º 111 - Coimbra	100,00%	39.140.176
LAR - Ligações Aéreas Regionais, S.A.		0,21%	12.470
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	R.da Casa Branca, Casal das Nogueiras - Coimbra	69,00%	248.300
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.	Av. Cong. Op. Democrática, n.º 54 - Aveiro	0,85%	174.270
ODABARCA - Animação Turística do Mondego, S.A.	Av. Urbano Duarte / Qt. das Varandas - Coimbra	10,00%	34.916
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	R. Alexandre Herculano, n.º 21-B - Coimbra	6,93%	282.325
MAC - Mercado Abastecedor de Coimbra, S.A.	Mercado Abastecedor de Coimbra - Taveiro	14,55%	400.000
METRO-MONDEGO, S.A.	R. Rodrigues de Gusmão, n.º 21 - Coimbra	14,00%	150.500
COIMBRAVITA - Agência de Desenv. Regional, S.A.	R. Capitão Luis Gonzaga, n.º 74 - Coimbra	7,75%	52.395
WRC - WEB p/ a Região Centro, ADR, S.A.	Quinta dos Cabrais - Curia	3,09%	42.500
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	Parque Tecnológico de Coimbra - Antanho	92,65%	2.423.979
COIMBRA VIVA, SRU - Soc. Reabilitação Urbana, S.A.	Rua do Quebra Costas, n.º3 - 1º Andar - Coimbra	49,00%	1.884.789
Águas do Centro Litoral, S.A.	Av. Dr. Luís Albuquerque - Coimbra	10,87%	4.371.619
Associação Coimbra Região Digital	Praça 8 de Maio, Casa Aninhas - Coimbra	13,11%	50.000
Associação Exploratório Infante D. Henrique	Rotunda das Lages - Pq. V. Mondego - Coimbra	1,49%	1.800
RUAS - Associação Univer(SC)idade	Colégio S. Bento - Rua Arco da Traição - Coimbra	50,00%	75.000
Instituto Pedro Nunes	Rua Pedro Nunes - Coimbra	3,93%	30.000
Fundação Museu da Ciência	Praça Marques de Pombal - Coimbra	100,00%	1.100.000
Fundo Esp.I.I.F.em Reab.Urbana Coimbra Viva I		25,96%	1.510.640
TOTAL.....			51.985.678

Tendo por base a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) e as recomendações do SATAPOCAL, datadas de maio de 2015, para efeitos de consolidação de contas, considerou-se que o perímetro de consolidação é composto pelo **Município de Coimbra** e pelas entidades, **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (100%)**, **AC - Águas de Coimbra, EM (100%)**, **I Parque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A. (92,65%)**, **Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda. (69%)** e **Associação RUAS (50%)**. Faz ainda parte do Grupo Municipal a **WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA (3,09%)**.

ORGANOGRAMA DO GRUPO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO



O Relatório de Gestão Consolidado do Município de Coimbra, relativo ao exercício 2016, destina-se a descrever o estado e evolução da atividade do conjunto das entidades, compreendidas no perímetro de consolidação de contas do Município.

Cumprindo o disposto na Nova Lei das Finanças Locais (NLFL), o Município de Coimbra elabora as contas consolidadas do Grupo Municipal, nos termos do disposto nas instruções do SATAPOCAL, que serão submetidas à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.

As contas consolidadas deverão ser remetidas ao Tribunal de Contas, em conformidade com o disposto no nº 4, do artigo 52º, da Lei nº 20/2015, de 9 de março (nona alteração à Lei nº 98/97 de 26 de agosto), Resolução nº3/2016 de 18.01.2017 e, de acordo com a Resolução n.º 27/2009 de 14.12.2009, relativa à Prestação de Contas por via eletrónica.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de curto e médio/longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1 - Informação relativa às entidades a consolidar



- Número de trabalhadores

Trabalhadores do Grupo Municipal inserido no perímetro de consolidação

Entidade	Nº de Trabalhadores em 31/12/2016		
	Masculino	Feminino	TOTAL
Município de Coimbra	669	549	1218
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	373	52	425
AC, Águas de Coimbra, E.M.	212	59	271
IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.	1	1	2
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	6	12	18
Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia	0	0	0
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA	ND	ND	19
ND - Não disponível			1.953

- Caracterização da entidade “mãe”

Câmara Municipal

A organização do Município de Coimbra tem por suporte a existência de duas estruturas: uma política e outra administrativa, inter-relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.

A Câmara Municipal é constituída por onze membros (1 Presidente e 10 Vereadores) a quem compete, num quadro de delegações previamente estabelecido, a



responsabilidade pela definição de estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre as atividades do Município.

No âmbito deste órgão destaca-se, assim, através do mecanismo de delegações e subdelegações de competências, um “Corpo Executivo” constituído pelo Presidente da Câmara e os Vereadores investidos de responsabilidades na área de gestão, que têm a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais para consecução dos objetivos que materializam as políticas definidas.

ATIVIDADE

As atividades desempenhadas enquadram-se no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, destacando-se as seguintes áreas de intervenção: Economia, Cultura, Urbanismo, Social, Desporto, Educação e Ambiente.

RESULTADOS

No final do exercício económico de 2016 o ativo líquido do Município de Coimbra cifrava-se nos 695,9 milhões de euros (2015: 687,6 milhões) o que representa um crescimento de 8,3 milhões de euros face ao ano anterior (+1,21%).

Quanto ao peso relativo de cada uma das componentes do ativo líquido, verifica-se que o ativo fixo (imobilizado + dívidas de terceiros de médio e longo prazo) é o que maior peso tem na estrutura do ativo do Município, representando 94,1% do total.

O imobilizado líquido (deduzido das amortizações) do Município apresentou uma variação positiva de 2,3 milhões de euros em resultado do efeito conjugado do aumento das imobilizações corpóreas em 3,9 milhões de euros e a redução dos bens de domínio público em 1,5 milhões de euros.

O passivo da autarquia ascendeu a 210,3 milhões de euros (2015: 205,7 milhões de euros), registando um crescimento de 4,6 milhões de euros (2,23%) face ao ano anterior, sendo essencialmente constituído por provisões para riscos e encargos (16,2%), empréstimos bancários de médio e longo prazo (19,9%) e por acréscimos e diferimentos (55,2%).

A rubrica que mais contribuiu para o aumento do passivo foi a de provisões para riscos e encargos, que registou um acréscimo de cerca 8 milhões de euros. Esta conta que regista um valor de 34,1 milhões de euros no final de 2016, reflete a estimativa dos custos associados aos processos judiciais que se encontram a decorrer contra o município.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo ascendem no final de 2016 a 44,6 milhões de euros, registando um decréscimo de 4,8 milhões de euros face ao ano anterior. Esta redução resulta do efeito conjugado da redução dos empréstimos de médio e longo prazo em 3,9 milhões de euros em resultado do pagamento do serviço

da dívida de empréstimos contraídos em anos anteriores e da redução das dívidas a outros credores de médio e longo prazo em 900 mil euros.

O valor das dívidas a terceiros de curto prazo, que representa 7,3% do passivo da autarquia, ascende a 15,3 milhões de euros, registando um aumento de 733 mil euros (5,0 %) face ao período transato.

A dívida total a fornecedores (fornecedores e fornecedores de imobilizado, conta corrente e faturas em receção e conferência) ascende a 6,6 milhões de euros, valor idêntico ao registado no ano anterior.

No final de 2016 a dívida de curto prazo a outros credores ascendia a 2,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 9,08% face ao ano anterior.

Em 31/12/2016 os fundos próprios da autarquia totalizavam 485,7 milhões de euros (2015: 481,9 milhões de euros), apresentando um acréscimo de 3,8 milhões de euros face ao ano anterior.

Durante o ano de 2016, o investimento foi de cerca de 10 milhões de euros. A rubrica que mais contribuiu para essa evolução foi a de imobilizações corpóreas, com um acréscimo na ordem dos 7,7 milhões de euros e que se referem essencialmente a transferências das contas de imobilizações corpóreas relativas a obras entretanto concluídas.

Os proveitos operacionais totalizaram 73,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,8 milhões de euros face ao ano anterior. Para esta evolução contribuíram positivamente a variação da rubrica impostos e taxas e transferências e subsídios obtidos em 4,1 milhões de euros e 1 milhão de euros respetivamente, sendo que o peso destas duas rubricas no total dos proveitos operacionais ascendeu a 93,6%.

Os custos operacionais totalizaram 75,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 3,1 milhões de euros (4,2%) face ao ano anterior, em resultado essencialmente do efeito combinado das variações nas seguintes rubricas:

- aumento de 2 milhões de euros da rubrica de fornecimentos e serviços externos;
- aumento de cerca de 1 milhão de euros das amortizações do exercício;
- redução de 1 milhão de euros das provisões do exercício;
- aumento de 0,8 milhões de euros da rubrica outros custos e perdas operacionais.

Nos custos operacionais o aumento mais significativo verificou-se nos fornecimentos e serviços externos, sendo que, em termos globais, verificou-se um aumento generalizado de praticamente todas as rubricas da conta, sendo o aumento dos custos com atividades culturais e turísticas, no valor de 702 mil euros, o que mais contribuiu para o aumento em 2 milhões de euros do valor global dos fornecimentos e serviços externos.

A variação da rubrica amortizações do exercício decorre da transferência para as contas de imobilizações corpóreas e de bens de domínio público do valor de obras que se encontravam em curso, designadamente o Centro Cultural e de Congressos Convento de S. Francisco, acessibilidades do Convento, Terreiro da Erva, Centro Escolar do Loreto, entre outras.

O resultado líquido do exercício económico de 2016 foi positivo em 1,33 milhões de euros, representando um acréscimo de 6,63 %, face ao ano anterior. A variação verificada de 82,9 mil euros, resulta do efeito conjugado do aumento dos resultados operacionais em 1,7 milhões de euros e da redução dos resultados financeiros e extraordinários em 0,2 e 1,4 milhões de euros, respetivamente.

- **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)**

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) são uma estrutura municipal vocacionada para assegurar o Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Coimbra.

Visão: Ser um prestador de serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

Missão: Garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo.

Os transportes urbanos em Coimbra remontam ao ano de 1874 com a introdução dos carros americanos. A 15 de maio de 1908, a Câmara propõe: “ Que se municipalize o serviço de tração elétrica”.

Em 26 de novembro do ano de 1984, devido à dimensão dos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC), o executivo camarário aprovava a sua separação em dois Serviços: Transportes Coletivos e Águas e Saneamento, aprovando os respetivos quadros de pessoal, de forma a ser possível implementar a separação, a qual veio a efetivar-se em 1 de janeiro de 1985.

ATIVIDADE

Em 31 de dezembro de 2016, a frota urbana dos SMTUC era composta por 148 viaturas (+12 que no ano anterior) possuíam uma rede de transportes de 556,2 km, tendo transportado 12,9 milhões de passageiros.

Na prestação dos seus serviços os SMTUC operam em 81 linhas, 78 das quais com autocarros, 2 com troleicarros e ainda a linha azul com mini-autocarros elétricos (os “pantufinhas”). Além do transporte de passageiros, é também da responsabilidade dos SMTUC a gestão do estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e parques de estacionamento fechados propriedade do Município.

RESULTADOS

As alterações introduzidas na rede de transportes ao longo do ano de 2016, com o objetivo de melhorar a sua eficácia, adaptando a oferta às reais necessidades de transporte da população e às condições de exploração, permitiram melhorar a qualidade do serviço prestado.

Das alterações introduzidas na rede de transportes resultou um decréscimo de 2,1% das viagens programadas e conseqüentemente uma redução de 1,1% dos quilómetros percorridos (em cheio), com ligeira penalização da velocidade comercial, que se situou nos 16,7 Km/h.

Pese embora a inexistência de atualização tarifária, no ano de 2016 manteve-se a tendência de perda de passageiros que vem sendo registada nos últimos anos, com um decréscimo de 3,5% na rede geral, o que se traduziu numa diminuição da receita bruta de títulos de transporte da rede geral de 2,0%.

Durante o ano de 2016 foram percorridos 5,283 milhões de quilómetros (em cheio), com um número médio de 90 viaturas (autocarros, troleicarros e miniautocarros elétricos), e efetuadas 327.159 viagens, com uma taxa de ocupação de 11,2%.

O investimento bruto ascendeu a 1.538.518,91€ e resultou essencialmente da concretização do Investimento na Melhoria da Qualidade do Serviço de Transporte de Passageiros, nomeadamente na renovação da frota, na melhoria do sistema de apoio à exploração e na aquisição de equipamento de bilhética. Para cobertura do investimento realizado o Município efetuou transferências de capital no valor de 1.184.725,93€.

O resultado operacional gerado foi de -833.095,86€, tendo os custos operacionais ascendido a 14.432.671,38€, o que representa um acréscimo de 1,1%. Os proveitos operacionais atingiram o valor de 13.599.575,52€, tendo diminuído 3,3%.

No ano de 2016 o Transporte de Passageiros representou 86,7% dos Proveitos e Ganhos de Exploração dos SMTUC (excluindo Subsídios à Exploração), tendo o

Município efetuado transferências de verbas no montante de 5.954.207,39€, a título de Subsídio à Exploração,

O Resultado Líquido sofreu um agravamento, tendo atingido em 2016 os 164.048,02€ negativos.

No final do exercício económico de 2016 o Ativo Total Líquido dos SMTUC cifrava-se em 7.016.640,87€, o que representa um aumento de 18,6% face ao ano anterior.

O Capital Próprio registou uma variação de -21,5%, consequência do Resultado Líquido de -164.048,02€, tendo-se cifrado em -927.045,40€. No entanto, para efeitos de análise financeira, considerou-se transferido de Acréscimos e Diferimentos, no Passivo, para Capitais Próprios o saldo da conta 2745 – Subsídios para Investimento, no montante de 3.324,05 milhares de euros, que permite apresentar Capitais Próprios Positivos.

- **AC, Águas de Coimbra, E.M.**

Empresa Municipal constituída em 24 de maio de 2003, cujo capital social é detido pela Câmara Municipal de Coimbra, na sua totalidade. A Empresa dá continuidade à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra (SMASC), que, por sua vez, sucederam aos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC).

A AC, Águas de Coimbra, EM tem por objeto prestação de serviços públicos essenciais, de abastecimento de águas e drenagem de águas residuais e pluviais, à população do concelho de Coimbra.

Missão: assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.

Visão: ser uma referência nacional na prestação de serviços de excelência aos clientes e na adoção de práticas inovadoras no setor das águas.

Linhas estratégicas de atuação

- Disponibilizar água de qualidade, com recurso a serviços que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos clientes, orientando-os para a simplificação de procedimentos e relacionamento próximo.
- Desenvolver práticas inovadoras, criando e desenvolver melhores práticas no âmbito da gestão do negócio e da sua operacionalização.
- Garantir a sustentabilidade da empresa, aumentando o volume de negócios pela diversificação de serviços e pelo aumento de escala, incrementar a eficácia e eficiência operacional e gerar valor para as partes interessadas.

ATIVIDADE

A AC, Águas de Coimbra, EM tem uma taxa de atendimento à população do concelho de Coimbra quase total, com um serviço de abastecimento de água que chega a 100% dos utilizadores e um serviço de drenagem de águas residuais que atinge os 97% de cobertura.

O número de clientes servidos pela rede de abastecimento de água, ascendia, no final de 2016, a 83 084. O número de utilizadores da rede de drenagem de águas residuais cifrava-se em 80 047, ou seja, 96,34% dos clientes de água.

Em 2016, manteve-se o tarifário que vigorou em 2015, tanto no serviço de abastecimento de água (AA) como no serviço de saneamento de águas residuais (AR), ao nível das tarifas fixas e variáveis e serviços auxiliares.

Em relação ao volume de água faturada em 2016 (9.998.519 m³), constata-se um aumento de 1 % em relação ao ano anterior (mais 96.514 m³).

O volume de águas residuais faturado, em 2016, ascendeu a 9.489.616 m³ (+1,72 %).

Consequência do ligeiro crescimento do número de clientes de água e do número de utilizadores do serviço de saneamento, observamos que o volume de negócios, em 2016, (vendas mais prestações de serviços) teve um aumento de 1,97% face ao ano de 2015.

No final do ano de 2016, a empresa deu início à implementação de um sistema de telemetria (leitura remota de contadores) que abrangeu, numa primeira fase, cerca de 6.600 contadores e que visa permitir maior rigor nas leituras e controlo das perdas de água, prestando um melhor serviço ao cliente.

RESULTADOS

O volume de negócios no abastecimento de água atingiu o montante de 14.425.867,75€. Ao nível do saneamento de águas residuais registou-se um valor de 10.222.012,84€. No saneamento de águas pluviais apurou-se o valor de 239.362,99€, o que representa uma diminuição de 9,36% em relação ao período anterior.

Assim, o volume de negócios da AC, EM atingiu os 24.887.243,38€, o que corresponde a um aumento de 1,97% relativamente a igual período anterior.

No mesmo período o Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas decresceu 21,92% e o EBITDA (cash- flow operacional excluindo Subsídio à Exploração) cresceu 39,83% e ascendeu a 6.176.705€.

O resultado bruto é positivo na atividade de abastecimento de água (2.627.708,82€) e negativo nas atividades de saneamento de águas residuais e pluviais (-7.884,85€ e -830.328,01€, respetivamente).

No ano de 2016 foi obtido um Resultado, antes de impostos, de 1.789.495,96€ e um Resultado Líquido de 1.384.342,58€.

Os Ativos Fixos Tangíveis registaram um decréscimo de 2.332.557,81€.

- **Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia**

A Associação RUAS assume o papel de gestora do Bem "Universidade de Coimbra - Alta e Sofia".

A Associação RUAS (Recriar a Universidade, Alta e Sofia) foi constituída a 29 de dezembro do ano de 2011, envolvendo como fundadores, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra, a Direção Regional da Cultura do Centro e a Coimbra Viva (Sociedade de Reabilitação Urbana). A Associação RUAS assume o papel de gestora do Bem "Universidade de Coimbra - Alta e Sofia".

São património da Associação duas dotações em dinheiro de setenta e cinco mil euros cada, realizadas pela Universidade de Coimbra e pelo Município de Coimbra.

A Associação RUAS é dirigida por uma Presidência (exercida rotativamente pela Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra) e por um Conselho Diretivo (presidido rotativamente pela Câmara Municipal de Coimbra e pela Universidade de Coimbra). No que concerne ao modelo de gestão detêm responsabilidades executivas na Associação RUAS: a Universidade de Coimbra (UC), a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e a Direção Regional da Cultura do Centro. A Assembleia Geral também inclui – sem responsabilidade executiva – outras instituições, assim como proprietários e outros agentes sociais cuja atividade está de algum modo ligada ao Bem ou à sua zona de proteção.

A Associação tem as seguintes finalidades:

- Salvar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO;
- Salvar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO;
- Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto;
- Disponibilizar aos associados e demais interessados informação atualizada

sobre linhas de financiamento para projetos;

- Representar o Bem classificado nas instituições nacionais e internacionais.

ATIVIDADE

A Associação funciona em instalações próprias, em espaço cedido pela Universidade de Coimbra, no Colégio de São Bento. Durante o ano de 2016 o apoio às atividades da Associação foi assegurado pelos técnicos de cada um dos membros fundadores, sob coordenação da Direção.

Durante o ano de 2016 foram revistos os estatutos da Associação, prevendo a nova redação o pagamento de quotas anuais pelos associados institucionais, de modo a garantir a sustentabilidade financeira da Associação.

Em 2016 foram desenvolvidas atividades nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento de atividades e parcerias que resultem em apoio financeiro ou de serviços para a conservação do Bem;
- Desenvolvimento de um calendário de atividades de promoção e divulgação do Bem;
- Criação de produtos turísticos que cheguem de modo mais efetivo a novos públicos;
- Criação de mecanismos de arquivo e disponibilização de informação e apoio na realização de atividades científicas, culturais e sociais;
- Criação de ferramentas de apoio à gestão administrativa e à sustentabilidade financeira da Associação.

RESULTADOS

No ano de 2016 os Rendimentos totais obtidos foram de 52.500,00€ e os Gastos totais de 29.557,06€, o que conduziu a um o Resultado Líquido de 22.942,94€.

Os Rendimentos obtidos resultam de recebimentos a título de quotizações, enquanto nos Gastos assume relevo o custo com estudos e trabalhos no âmbito de exposições.

O total do Capital Próprio ascende, em 31/12/2016, a 28.622,37€, sendo que os Resultados Transitados são de -144.320,57€.

O Ativo é composto por Caixa e Depósitos Bancários e ascende a 28.622,37€. O Passivo é de valor 0,00€.

- **iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.**

Constituído por escritura pública de 13 de fevereiro de 2004, o Coimbra iParque é um parque de ciência e tecnologia, gerido por uma sociedade especializada, a iParque –

Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, EM, SA, cujo objeto social é dinamizar e apoiar pólos de inovação tecnológica, incubadoras de empresas e outras iniciativas associadas ao desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.

A **Missão** do iParque é o desenvolvimento e a modernização do tecido empresarial da cidade de Coimbra e sua região através de ações de promoção, criação e instalação de empresas de elevado conteúdo tecnológico, de consultorias e de formação orientadas para a inovação, desenvolvimento experimental e incorporação de novas tecnologias.

ATIVIDADE

No ano de 2016 foi concretizada a venda do lote 8 à empresa TIS – Technological and Intelligent Systems, Lda. Atualmente, dos 14 lotes destinados a alienação encontram-se vendidos 9, representando 72% da área do Parque.

RESULTADOS

O Resultado Líquido apurado foi negativo e ascendeu a 351.530,89€, tendo tido uma redução face ao ano anterior, em virtude, essencialmente da venda do lote 8 e da redução das despesas de funcionamento da empresa. O Capital Próprio, em 31/12/2016, cifrava-se em 4.605.935,31€, com um Ativo de 10.827.660,07€ e um Passivo de 6.221.724,76€.

Consta da Certificação Legal das Contas do exercício económico de 2016 que “Existem evidências que apontam para a verificação das alíneas a), b), c) e d) do nº 1 do artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, que preconiza a obrigatoriedade da deliberação de dissolução da sociedade no prazo de 6 meses.”

- **Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.**

No dia 11 de junho de 1991 – foi constituída a Sociedade Civil, por quotas, denominada – “PRODESO – Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social de Coimbra, Limitada”.

Em 1999 foi aprovada a passagem da Prodeso, de entidade promotora a entidade proprietária da Escola ITAP, sendo de 69% a participação do Município no capital social realizado.

O Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra – ITAP tem como missão “... prestar um serviço de educação de elevada qualidade, contribuindo para a formação e qualificação de jovens capazes de atuar como agentes de mudança, conscientes dos seus deveres e direitos...”.

A Sociedade visa a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, qualificação e formação profissionais, nos termos previstos na alínea a) do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto. No âmbito do objeto definido, compete à Sociedade a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação destinados ao ensino e à qualificação e formação profissionais, tendo em vista o desenvolvimento social. Também na prossecução do seu objeto, a sociedade pode desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares, relacionadas com o ensino e com a qualificação e formação profissionais.

ATIVIDADE

No ano letivo 2016/2017 o ITAP ministrou formação a 194 alunos. Por níveis de formação a distribuição de alunos foi a seguinte:

- Cursos Profissionais – 82 alunos;
- Cursos de Educação e Formação – 52 alunos;
- Curso Vocacional Básico – 22 alunos;
- Curso Vocacional Secundário – 38 alunos.

RESULTADOS

O Resultado Líquido obtido no período foi negativo em 10.617,25€, tendo o Resultado antes de impostos ascendido a -10.602,25€. Os Capitais Próprios, deduzidos dos Outros Instrumentos de Capital Próprio (200.000,00€ realizados pelo Município de Coimbra a título de prestações suplementares), cifram-se em 15.285,75€. O Ativo a 31/12/2016 era de 433.880,76€, ascendendo o Passivo a 218.595,01€.

A especificidade dos rendimentos obtidos pela Prodeso são resultado de candidaturas financiadas pelo POCH – Programa Operacional Capital Humano e pelo Orçamento de Estado o que justifica que, em 2016, as vendas e serviço prestados tenham sido de 96,40€, e os subsídios à exploração de 703.802,23€.

- **WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA**

A WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA é uma empresa constituída a 15 de abril de 2002, cujo objeto social é a promoção de ações geradoras de emprego e que permitam fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na Região Centro, em atividades de serviços, indústria e comércio, exclusivamente relacionadas com a sociedade de informação e a nova economia.

A WRC resultou de uma iniciativa da CCDR-C (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), à qual aderiram como acionistas 42 Câmaras Municipais da Região Centro, a Universidade de Aveiro, o Instituto Politécnico de

Coimbra, a Associação de Informática da Região Centro (AIRC) e ainda um conjunto de empresas de base tecnológica.

A estratégia da WRC assenta em três princípios básicos:

1. Desenvolver e comercializar produtos e serviços que contribuam para a modernização administrativa das autarquias e que facilitem a relação entre municípios e as Câmaras Municipais;
2. Contribuir para incrementar o nível de empreendedorismo e a criação de riqueza na Região;
3. Estimular e participar nas respostas sociais de qualidade para a população sénior.

O Município de Coimbra detém uma participação de 3,09%, estando o restante capital distribuído por municípios, instituições de ensino superior e por entidades privadas. As entidades públicas, no seu conjunto, detém 91,10%, sendo o Município da Anadia o detentor da maior participação, correspondente a 69,20%.

ATIVIDADE

Ao nível de incubadora de empresas, a WRC prosseguiu a dinâmica de promoção do empreendedorismo, através da Rede de Incubadora de Empresas da Região Centro e da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro.

Iniciou-se em 2016 um terceiro ciclo de funcionamento do Centro de Investigação e Desenvolvimento de Software Autárquico, sob a coordenação orientação técnica da AIRC e emprega atualmente 16 colaboradores e 2 estagiários, que prestam serviço nas instalações do cliente.

Mantiveram o Espaço Internet bem como o projeto Universidade Sénior da Curia. Entre outras atividades destaca-se a participação no CentroHabitat – Plataforma para a Construção Sustentável e a parceria de negócios com a empresa TURNAROUD para atuar na área de Economia Social.

RESULTADOS

A WRC, EIM, SA apresentou em 2016 resultados líquidos positivo de 48,30€. O Ativo ascende, em 31/12/2016, a 839.293,49€, o Passivo a 202.955,64€ e o Capital Próprio a 636.337,85€ positivos.

2- Informação relativa aos procedimentos de consolidação

A Consolidação de Contas é um processo complexo que se desenvolve extra-contabilisticamente e que consiste em agregar as contas do Município com as suas participadas, de modo a que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as entidades do grupo tiverem com terceiros.

No quadro abaixo apresenta-se a justificação para o enquadramento das empresas locais atrás identificadas, no perímetro de consolidação, indicando também o método de consolidação a utilizar.

Entidade	% do Capital Detido	Enquadramento na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto	Enquadramento no artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro	Método de consolidação (Portaria 474/2010, de 15 de junho)
Município de Coimbra	Entidade mãe		Conforme disposto no nº2	
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	100,00%	Serviço Municipalizado	Conforme disposto nos nº 4 e 5	Método de Consolidação Integral
AC, Águas de Coimbra, E.M.	100,00%	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e 5	Método de Consolidação Integral
IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde,	92,65%	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e 5	Método de Consolidação Integral
Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.	69,00%	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e 5	Método de Consolidação Integral
Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia	50,00%	Associação de direito Privado	Conforme disposto nos nº 4 e 5	Método de Consolidação Integral
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA	3,09%	Empresa Local	Conforme disposto no nº 6	Método de Equivalência Patrimonial

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas reportam-se a 31 de Dezembro de 2016 e são elaboradas com base nas contas individuais, legalmente aprovadas.

Previamente ao processo de consolidação, as entidades integrantes do perímetro de consolidação que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), asseguraram a conversão das suas contas para POC. Em seguida procedeu-se à conversão das contas para POCAL e à homogeneização e à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo municipal. Depois desse processo,

procedeu-se à agregação dos dados, o que permitiu obter uma imagem verdadeira, fiel e apropriada da posição financeira, dos resultados do grupo.

Com exceção da WRC, o método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município de Coimbra foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas. Para a WRC foi usado o método de equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço do Município do valor contabilístico das partes de capital por ele detidas, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Os saldos e fluxos financeiros entre as empresas do grupo encontram-se discriminados em mapa anexo, bem como os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

Foi apurada uma diferença de consolidação negativa no valor de 4.302.063,20€ na participação do Município na empresa municipal Águas de Coimbra, EM, decorrente do não registo na participação do Município de Coimbra, das Reservas existentes nas Águas de Coimbra, à data do início exercício em que se efetuou a primeira consolidação isto é, 1 de janeiro de 2007, e inscrito nos capitais próprios das demonstrações financeiras consolidadas.

Relativamente às entidades IParque, S.A., Prodeso, Lda. e Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia foram apuradas diferenças de consolidação positivas no valor de 708.531,63€, 35.492,91€ e 62.751,42 € respetivamente, decorrentes da diferença entre o valor de aquisição dos investimentos financeiros e o valor da percentagem de participação nos capitais próprios naquelas entidades à data do início do exercício em que pela primeira vez integraram o perímetro de consolidação isto é, 1 de Janeiro de 2013 para o IParque e a Prodeso e 1 de Janeiro de 2015 no caso da Associação Ruas. O valor das diferenças de consolidação foi inscrito na rubrica de imobilizações incorpóreas das demonstrações financeiras consolidadas.

Nas contas individuais e consolidadas, as participações financeiras em entidades de natureza empresarial não incluídas no perímetro de consolidação encontram-se valorizadas de acordo com o princípio do custo histórico. Nos termos do ponto 3 da orientação nº1/2010 foram reconhecidos os interesses minoritários.

3 - Informação relativa ao endividamento

No ano de 2016, a situação do Grupo Municipal face ao endividamento de curto e médio/longo prazo é a seguinte:

	Município Coimbra	SMTUC	AC, EM	Ruas	Iparque	Prodeso	Eliminações	TOTAL
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo								
Empréstimos de médio e longo prazo	41.812.790,84 €	209.843,18 €	6.666.666,72 €	-	1.846.562,50 €	-	-209.843,18 €	50.326.020,06 €
Fornecedores, c/c	-	-	-	-	-	-	-	- €
Administração autárquica	-	-	-	-	-	-	-	- €
Outros credores	2.801.450,18 €	-	-	-	-	-	-	2.801.450,18 €
	44.614.241,02 €	209.843,18 €	6.666.666,72 €	- €	1.846.562,50 €	- €	-209.843,18 €	53.127.470,24 €
Dívidas a terceiros - Curto prazo								
Empréstimos por obrigações	-	-	-	-	-	-	-	- €
Empréstimos por títulos de participação	-	-	-	-	-	-	-	- €
Empréstimos de curto prazo/Dívidas a instituições de crédito	3.938.681,88 €	69.947,72 €	666.666,66 €	-	-	79.000,00 €	-69.947,72 €	4.684.348,54 €
Outros empréstimos obtidos	-	-	-	-	1.786.562,50 €	-	-	1.786.562,50 €
Adiantamentos por conta de vendas	143.038,17 €	-	-	-	-	-	-	143.038,17 €
Fornecedores, c/c	190.738,87 €	265.487,20 €	3.419.065,52 €	-	15.464,48 €	6.389,97 €	-16.871,06 €	3.880.274,98 €
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	3.262.017,75 €	7.182,47 €	-	-	-	-	-1.060.680,04 €	2.208.520,18 €
Fornecedores - Títulos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	- €
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	- €
Empresas participadas	-	-	-	-	-	-	-	- €
Outros accionistas (sócios)	-	-	-	-	-	-	-	- €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	-	-	-	-	-	-	- €
Fornecedores de imobilizado	3.159.695,19 €	705,98 €	704.972,56 €	-	-	-	-	3.865.373,73 €
Estado e outros entes públicos	870.081,98 €	53.088,03 €	673.822,61 €	-	4.056,45 €	13.599,37 €	-159.382,00 €	1.455.266,44 €
Administração autárquica	20.075,04 €	-	-	-	-	-	-	20.075,04 €
Outros credores	2.907.756,80 €	12.053,03 €	636.704,00 €	-	32.764,56 €	-	-246.881,23 €	3.342.397,16 €
Clientes e utentes com cauções	868.962,04 €	-	49.417,37 €	-	-	-	-	918.379,41 €
	15.361.047,72 €	408.464,43 €	6.150.648,72 €	- €	1.838.847,99 €	98.989,34 €	-1.553.762,05 €	22.304.236,15 €
TOTAL	59.975.288,74 €	618.307,61 €	12.817.315,44 €	- €	3.685.410,49 €	98.989,34 €	-1.763.605,23 €	75.431.706,39 €

O quadro acima apresenta a composição da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, onde a dívida efetiva do Município tem um peso de 79,50%, seguido da Águas de Coimbra com um peso de 16,99%, do Iparque com 4,89% e SMTUC com um peso de 0,82%. Refira-se que, para efeitos de consolidação procedeu-se à eliminação do valor relativo ao empréstimo do BBVA, contraído pelo Município mas destinado aos SMTUC. Em termos globais a dívida de médio/longo prazo registou um decréscimo de 12,92%, relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante essencialmente do comportamento da dívida do Município e do Iparque.

As dívidas de curto prazo registaram um acréscimo de 13,27%, face ao ano anterior, continuando a ter maior peso as rubricas Fornecedores c/c e Outros Credores, sendo que também aqui o maior peso é atribuído ao Município.

4 – Informação relativa a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras individuais do Município de Coimbra e dos SMTUC foram elaboradas de acordo com o POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

Especialização de exercícios

As entidades do Grupo Municipal registam os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, em resultado do qual, os proveitos e os custos são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes proveitos e custos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

A empresa municipal Águas de Coimbra e as restantes entidades do Sector Empresarial Local, iParque, Prodeso e WRC, bem como a Associação de direito privado RUAS elaboraram as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com o SNC (Sistema de Normalização Contabilística). Para efeitos de harmonização do sistema contabilístico, solicitou-se a estas entidades, nos termos da alínea c) do ponto 9 das Instruções para o Exercício de 2010 (e seguintes) emanadas pelo SATAPOCAL em 28.04.2011 para a Consolidação de Contas pelos Municípios, que convertessem as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com os princípios previstos no POC.

Refira-se que essa conversão consistiu numa simples reclassificação de SNC em POC, sendo que novo Normativo Contabilístico, vai além da simples reclassificação, atingindo também os próprios conceitos de ativo, passivo e capital próprio e o valor dos resultados. Assim, as referidas conversões consistem em meros exercícios académicos que visam harmonizar, para possibilitar a consolidação, a classificação das diferentes contas em rubricas de ativo, passivo ou capitais próprios.

No que se refere às políticas contabilísticas e critérios de valorimetria é de assinalar a divergência do critério de contabilização das infraestruturas do domínio público municipal no valor de € 13.328.439,04 €, cedidas onerosamente à empresa Águas de Coimbra, EM através de protocolo:

- Em cumprimento do ponto 4.1.7 do POCAL, que preconiza que os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia responsável pela sua administração ou controlo, o Município de Coimbra manteve nas suas contas individuais aqueles bens;

- Em cumprimento do princípio contabilístico geralmente aceite “da substância sob a forma” que determina que as operações devem ser contabilizadas atendendo à sua substância e à realidade financeira e não apenas à sua forma legal, a Águas de Coimbra, EM contabilizou aqueles mesmos bens no seu imobilizado.

Para efeitos de consolidação de contas, foi eliminado o valor dos bens e respetivas amortizações acumuladas e do exercício incluídos nas contas individuais da Águas de Coimbra, EM por contrapartida dos proveitos recebidos e a receber pelo Município a título de rendas e que se encontram contabilizados, nas contas individuais da CMC, numa conta de proveitos diferidos a transferir para proveitos numa base sistemática, de acordo com as rendas recebidas. O efeito desta divergência nas contas individuais não tem assim reflexo nas contas consolidadas.

5 - BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

5.1. Estrutura Patrimonial Consolidada

O Balanço Consolidado evidencia a situação patrimonial do Grupo Municipal no final do ano de 2016, de acordo com o Perímetro de Consolidação considerado, refletindo os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal.

O Ativo Líquido Consolidado ascendeu a 746.094.121,33€, o que representa um acréscimo de 0,50%, relativamente ao período homólogo do ano anterior.

O Passivo Consolidado ascendeu 250.383.798,90€, tendo registado um decréscimo de 1,55%. Os Capitais Próprios Consolidados ascenderam a 495.675.226,78€, o que se traduziu num acréscimo de 1,58%.

Influência das contas individuais do Município nas contas consolidadas

(Un: Euro)

Entidade	Balancos individuais			Peso das Contas individuais em relação às contas consolidadas		
	Total do Ativo (1)	Total do Passivo (2)	Total dos Capitais Próprios (3)	Ativo (1/4)*100	Passivo (2/4)*100	Capitais Próprios (3/4)*100
Município de Coimbra	695.946.390,30	210.272.281,96	485.674.108,34	93,28%	83,98%	97,98%
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	7.016.640,87	7.943.686,27	-927.045,40	0,94%	3,17%	-0,19%
AC, Águas de Coimbra, E.M.	78.257.150,47	15.769.615,11	62.487.535,36	10,49%	6,30%	12,61%
Totais dos Balancos Individuais	781.220.181,64	233.985.583,34	547.234.598,30			
Total do Balanço Consolidado com interesses minoritários (4)	746.094.121,33	250.383.798,90	495.710.322,43			
Interesses Minoritários			35.095,65			

Em termos agregados observa-se que o Município, em conjunto com as entidades detidas a 100%, tem uma posição preponderante nas contas do Grupo Municipal Consolidado.

Na composição dos Fundos Próprios do Grupo Consolidado destaque para o valor do Património/Capital, que ascende a 357.586.514,76€, para os Resultados Transitados no valor de 28.218.855,97€ sendo o valor remanescente, num total de 109.869.856,05€, é relativo a Reservas, Ajustamentos de Capital e Diferenças de Consolidação. O Resultado Líquido do Exercício foi de 5.024.640,54€.

Os Interesses Minoritários apurados, decorrentes da participação do Município no IParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A, Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda, Associação Ruas – Recrear Universidade Alta e Sofia e WRC - Agência de Desenvolvimento Regional EIM, representaram 35.095,65€.

5.2. Demonstração de Resultados Consolidados

Influência das contas individuais do Município nas contas consolidadas

(Un: Euro)

Entidade	Demonstração de Resultados individuais			Peso das contas individuais em relação às contas consolidadas		
	Total dos Proveitos (1)	Total dos Custos (2)	Total do Resultado Líquido (3)	Proveitos (1/4)*100	Custos (2/4)*100	Resultado Líquido (3/4)*100
Município de Coimbra	82.495.571,17	81.162.518,88	1.333.052,29	70,45%	72,40%	26,53%
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	14.339.654,54	14.503.702,56	-164.048,02	12,25%	12,94%	-3,26%
AC, Águas de Coimbra, E.M.	26.764.210,36	25.379.867,78	1.384.342,58	22,86%	22,64%	27,55%
Total das Demonstrações de Resultados Individuais	123.599.436,07	121.046.089,22	2.553.346,85			
Total da Demonstração de Resultados Consolidados com interesses minoritários(4)	117.102.703,44	112.095.733,36	5.024.640,54			
Interesses Minoritários			17.670,46			

No exercício de 2016, o Grupo Municipal apurou um volume de Proveitos Totais de 117.102.703,44€, e de Custos Totais no valor de 112.095.733,36€, o que representa um acréscimo de 2,21% e 0,31%, respetivamente, relativamente ao período homólogo. Os valores apurados resultam, maioritariamente, da atividade do Município e das AC, Águas de Coimbra, E.M.

O Resultado Líquido, acrescido dos interesses minoritários, registou um acréscimo de 78,36%, sendo que os Resultados Líquidos, gerados no ano pelo Grupo, são negativamente influenciados pelas participadas SMTUC, IParque e Prodeso.

6 - Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

Consolidação das Demonstrações de Fluxos de Caixa

	Município de Coimbra	SMTUC	AC, EM	Iparque	Prodeso	Ruas	Eliminações	TOTAL
Saldo da Gerência Anterior	22.465.908,28 €	1.123.999,08 €	17.910.406,10 €	8.282,00 €	128.785,00 €	5.740,93 €	- €	41.643.121,39 €
Execução Orçamental	19.899.842,47 €	1.071.748,84 €	17.910.406,10 €	8.282,00 €	128.785,00 €	5.740,93 €	- €	39.024.805,34 €
Operações de Tesouraria	2.566.065,81 €	52.250,24 €	- €	- €	- €	- €	- €	2.618.316,05 €
Total das Receitas Orçamentais	88.152.183,23 €	16.233.028,06 €	31.027.808,61 €	577.870,00 €	509.993,28 €	52.500,00 €	- 7.884.777,47 €	128.668.605,71 €
Receitas Correntes	79.880.610,24 €	14.646.420,13 €	30.092.738,31 €	189.521,00 €	284.892,36 €	52.500,00 €	-7.307.895,12	117.838.786,92 €
Receitas de Capital	8.081.753,70 €	1.586.607,93 €	935.070,30 €	388.349,00 €	225.100,92 €	- €	-576.882,35	10.639.999,50 €
Receitas Outras	189.819,29 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	189.819,29 €
Operações de Tesouraria	6.492.061,25 €	1.682.315,56 €	- €	- €	- €	- €	- €	8.174.376,81 €
TOTAL	117.110.152,76 €	19.039.342,70 €	48.938.214,71 €	586.152,00 €	638.778,28 €	58.240,93 €	- 7.884.777,47 €	178.486.103,91 €
Total das Despesas Orçamentais	78.577.699,29 €	16.477.428,57 €	33.951.051,61 €	401.081,00 €	615.586,30 €	29.618,56 €	- 7.884.777,47 €	122.167.687,86 €
Despesas Correntes	59.406.414,95 €	14.691.783,69 €	30.546.869,55 €	328.579,00 €	468.547,56 €	29.618,56 €	-7.307.895,12	98.163.918,19 €
Despesas de Capital	19.171.284,34 €	1.785.644,88 €	3.404.182,06 €	72.502,00 €	147.038,74 €	- €	-576.882,35	24.003.769,67 €
Operações de Tesouraria	6.144.396,38 €	1.687.874,19 €	- €	- €	- €	- €	- €	7.832.270,57 €
Saldo para a Gerência seguinte	32.388.057,09 €	874.039,94 €	14.987.163,10 €	185.071,00 €	23.191,98 €	28.622,37 €	- €	48.486.145,48 €
Execução Orçamental	29.474.326,41 €	827.348,33 €	14.987.163,10 €	185.071,00 €	23.191,98 €	28.622,37 €	- €	45.525.723,19 €
Operações de Tesouraria	2.913.730,68 €	46.691,61 €	- €	- €	- €	- €	- €	2.960.422,29 €

No ano de 2016, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades (OT's) foi de 8.174.376,81€, enquanto os movimentos de saída totalizaram 7.832.270,57€. As Operações de Tesouraria (OT's) representam fluxos financeiros de entrada e saída de fundos à margem do orçamento.

Com exceção do Município de Coimbra e dos SMTUC, considerou-se que nas restantes entidades as Operações de Tesouraria estão incluídas nas Operações Orçamentais.

As entradas de fundos provenientes de receitas orçamentais totalizam 128.668.605,71€, enquanto as despesas globais do Grupo Municipal ascenderam a 122.167.687,86€, tendo as despesas globais sido inferiores às receitas globais cobradas em 6.500.917,85€. Este valor, acrescido de um saldo inicial de 39.024.805,34€ totaliza um saldo a transitar para a gerência seguinte no montante de 45.525.723,19€. A este valor acresce 2.960.422,29€ do saldo de Operações de Tesouraria.

7- Outras informações consideradas relevantes

A rubrica de Investimentos Financeiros incluía, em 31/12/2016, a quantia de 1.884.789€ correspondente à participação do Município na Sociedade Coimbra Viva, SRU- Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A. (49% do capital social).

Por deliberação Assembleia-Geral Ordinária da Coimbra Viva SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, SA, datada de 20/05/2016, foi aprovado “Deliberar sobre a liquidação da sociedade com base no Relatório de Gestão e nas Contas reportadas a 30 de Abril de 2016, data que se estabelece como data de dissolução....”.

Estabelece o ponto 5 do projeto de partilha, constante do Relatório de Liquidação que:

Conforme o balanço de 31/07/2016, o ativo é composto da seguinte forma:

Outros Ativos Financeiros:

O valor de € 2.171.625,00 € corresponde ao valor de cotação à data de referência do balanço (31/07/2016) de 250.000 unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana Coimbra Viva I com o valor facial de 10 €, cada uma, a repartir entre os dois acionistas na proporção das respetivas participações sociais (51% e 49%).

Para o efeito, a Comissão Liquidatária remeteu em 28/06/2016 ao Deutsch Bank, entidade depositária dos títulos, uma carta solicitando a transmissão das unidades de participação para os acionistas, operação que à data de elaboração deste relatório ainda não se concretizou devido a constrangimentos internos da entidade bancária.

Em reunião do Executivo Municipal de 21/11/2016, foi aprovada a partilha dos ativos em espécie da Sociedade Coimbra Viva, SRU- Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A, onde se incluem 250.000 unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Reabilitação Urbana Coimbra Viva I, com o valor facial de 10 (dez) euros, cada uma.

À data de 31/12/2016, o Município tem registado na rubrica de Investimentos Financeiros, uma participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Reabilitação Urbana Coimbra Viva I no valor de 1.510.640€, correspondente a 25,96%.

Pelo facto da aludida deliberação ter sido presente à Assembleia Municipal apenas em 10 de março de 2017, o reflexo contabilístico no património do Município produzirá efeitos no exercício de 2017. Resultante da partilha de ativos da liquidação da Coimbra Viva SRU, acrescem à participação do Município no Fundo de Investimento 122.500 UP, o que resulta num total de unidades de participação detidas pelo Município de 273.564 UP (47%).

Município de Coimbra
Balanco consolidado em 31 de Dezembro de 2016

Escolha
Município de Coimbra

Código das contas POCAL/POC	Activo	2016			2015
		AB	APA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451 - POCAL	Terrenos e recursos naturais	234 635 225,86	0,00	234 635 225,86	234 893 572,65
452 - POCAL	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453 - POCAL	Outras construções e infra-estruturas	102 997 753,31	31 257 626,80	71 740 126,51	74 712 540,86
455 - POCAL	Bens do património histórico, artístico e cultural	1 124 778,68	17 255,85	1 107 522,83	650 111,82
459 - POCAL	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445 - POCAL	Imobilizações em curso	19 045 672,87	0,00	19 045 672,87	17 777 149,46
446 - POCAL	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		357 803 430,72	31 274 882,65	326 528 548,07	328 033 374,79
	Imobilizações incorpóreas:				
431 - POCAL/POC	Despesas de instalação	98 086,07	61 821,93	36 264,14	708,14
432 - POCAL/POC	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 777,72	1 777,72	0,00	0,00
433 - POCAL/POC	Propriedade industrial e outros direitos	13 393 795,01	3 559 666,44	9 834 128,57	9 998 892,46
434 - POC	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00
443 - POCAL/443 a 446 - POC	Imobilizações em curso	2 803,62	0,00	2 803,62	17 803,62
449 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação	806 775,96	0,00	806 775,96	806 775,96
		14 303 238,38	3 623 266,09	10 679 972,29	10 824 180,18
	Imobilizações corpóreas:				
421 - POCAL/POC	Terrenos e recursos naturais	30 857 123,40	0,00	30 857 123,40	29 250 690,45
422 - POCAL/POC	Edifícios e outras construções	211 457 986,64	34 757 429,75	176 700 556,89	150 708 931,72
423 - POCAL/POC	Equipamento básico	211 752 752,61	133 351 951,40	78 400 801,21	78 227 524,24
424 - POCAL/POC	Equipamento de transporte	10 762 935,57	9 543 705,90	1 219 229,67	1 058 179,75
425 - POCAL/POC	Ferramentas e utensílios	4 325 618,85	3 660 311,79	665 307,06	620 976,63
426 - POCAL/POC	Equipamento administrativo	7 338 190,14	5 884 918,82	1 453 271,32	203 111,16
427 - POCAL/POC	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429 - POCAL/POC	Outras imobilizações corpóreas	1 497 858,00	1 255 655,00	242 203,00	131 490,28
442 - POCAL/441 a 446 - POC	Imobilizações em curso	35 184 715,99	0,00	35 184 715,99	61 597 608,23
448 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		513 177 181,20	188 453 972,66	324 723 208,54	321 798 512,46
	Investimentos financeiros:				
411 - POCAL/POC	Partes de capital	8 564 741,27	0,00	8 564 741,27	8 562 418,00
412 - POCAL/POC	Obrigações e títulos de participação	6 139 086,34	0,00	6 139 086,34	6 139 086,34
413 - POC	Empréstimos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
414 - POCAL/POC	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415 - POCAL/POC	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441 - POCAL/443 a 446 - POC	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	1 099 332,71
447 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		14 703 827,61	0,00	14 703 827,61	15 800 837,05
	Circulante:				
	Existências:				
36 - POCAL/POC	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 135 671,80	0,00	1 135 671,80	1 175 308,86
35 - POCAL/POC	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34 - POCAL/POC	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	1 125 805,43	0,00	1 125 805,43	69,86
33 - POCAL/POC	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - POCAL/POC	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	1 340 917,03
37 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 261 477,23	0,00	2 261 477,23	2 516 295,75
	Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazos:				
		4 917 915,12	0,00	4 917 915,12	5 198 945,08
	Dívidas de Terceiros - Curto prazo:				
28 - POCAL	Empréstimos concedidos	1 157 649,26	0,00	1 157 649,26	1 396 307,57
211 - POCAL/POC	Clientes, c/c	2 845 540,27	0,00	2 845 540,27	3 212 360,15
212 - POC	Clientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
212 - POCAL	Contribuintes, c/c	107 496,86	0,00	107 496,86	118 498,49
213 - POCAL	Utentes, c/c	778 538,35	0,00	778 538,35	713 899,36
218 - POCAL/POC	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3 730 512,32	3 654 847,43	75 664,89	76 591,87
252 - POC	Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
253+254 - POC	Empresas participadas	0,00	0,00	0,00	0,00
251+255 - POC	Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00	26 464,50
229 - POCAL/POC	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619 - POCAL/POC	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - POCAL/POC	Estado e outros entes públicos	1 150 215,77	0,00	1 150 215,77	1 279 406,26
264 - POCAL	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268 - POCAL / 262+266+267+268+221 - POC	Outros devedores	2 197 928,37	0,00	2 197 928,37	3 715 366,40
264 - POC	Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
		11 967 881,20	3 654 847,43	8 313 033,77	10 538 894,60
	Títulos negociáveis:				
151 - POCAL/POC	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152 - POCAL/POC	Obrigações e títulos de participações	0,00	0,00	0,00	0,00
153 - POCAL/POC	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
158 - POC	Instrumentos derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
159 - POCAL/POC	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - POCAL/POC	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras/bancários e caixa:				
12 - POCAL/12+13+14 - POC	Depósitos em instituições financeiras/Depósitos bancários	48 626 049,50	0,00	48 626 049,50	41 630 886,62
11 - POCAL/POC	Caixa	20 641,26	0,00	20 641,26	50 814,78
		48 646 690,76	0,00	48 646 690,76	41 681 701,40
	Acréscimos e diferimentos				
271 - POCAL/POC	Acréscimos de proveitos	4 112 456,87	0,00	4 112 456,87	5 103 589,88
272 - POCAL/POC	Custos diferidos	1 206 991,07	0,00	1 206 991,07	869 047,77
		5 319 447,94	0,00	5 319 447,94	5 972 637,65
	Total de amortizações		223 352 121,40		
	Total de provisões/ajustamentos		3 654 847,43		
	Total do activo	973 101 090,16	227 006 968,83	746 094 121,33	742 365 378,96

Isabel
A
Pereira

Município de Coimbra
Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 2016

Código das contas POCAL/POC	Fundos próprios/capital próprio e passivo	2016	2015
	Fundos próprios/capital próprio		
51 - POCAL/POC	Património/capital	357 586 514,76	355 138 263,08
521 - POC	Acções (quotas) próprias - valor nominal	0,00	0,00
522 - POC	Acções (quotas) próprias - descontos e prémios	0,00	0,00
53 - POC	Prestações suplementares	0,00	0,00
54 - POC	Prémios de emissão de acções (quotas)	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação	4 302 063,20	4 302 063,20
55 - POCAL/POC	Ajustamentos de partes de capital em empresas	4 829,76	4 829,76
56 - POCAL/POC	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571 - POCAL/POC	Reservas legais	17 074 244,38	17 003 736,65
572 - POCAL/POC	Reservas estatutárias	2 594 313,41	2 450 271,64
573 - POCAL/POC	Reservas contratuais	0,00	0,00
574 - POCAL/POC	Outras Reservas livres	0,16	0,16
575 - POCAL/POC	Subsídios	6 316 469,35	6 279 445,58
576 - POCAL/POC	Doações	35 276 269,95	35 329 525,49
577 - POCAL	Reservas decorrentes de transferência de activos	39 144 176,44	39 144 176,44
578+579 - POCAL/ 577+578+579 - POC	Outras reservas	132 848,86	124 846,54
59 - POCAL/POC	Resultados transitados	28 218 855,97	25 336 740,40
	Subtotal	490 650 586,24	485 113 898,94
88 - POCAL/POC	Resultado Líquido do exercício	5 024 640,54	2 845 873,14
89 - POC	Dividendos antecipados	0,00	0,00
	Total dos fundos próprios/capital próprio	495 675 226,78	487 959 772,08
	Interesses Minoritários	35 095,65	71 583,88
	Passivo		
292 - POCAL/29 - POC	Provisões para riscos e encargos	38 146 210,80	28 757 514,70
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312 - POCAL / 231 - POC	Empréstimos de médio e longo prazo	50 326 020,06	55 795 099,46
221 - POCAL / POC	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
264 - POCAL	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+265+267+268 - POCAL / 262+263+265+267+268+211 - POC	Outros credores	2 801 450,18	5 216 339,22
		53 127 470,24	61 011 438,68
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
232 - POC	Empréstimos por obrigações	0,00	0,00
233 - POC	Empréstimos por títulos de participação	0,00	0,00
2311 - POCAL/231+12 - POC	Empréstimos de curto prazo/Dívidas a Instituições de crédito	4 684 348,54	4 254 023,89
239 - POC	Outros empréstimos obtidos	1 786 562,50	983 281,25
269 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de vendas	143 038,17	143 038,17
221 - POCAL/POC	Fornecedores, c/c	3 880 274,98	2 720 031,24
228 - POCAL/POC	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2 208 520,18	2 554 510,09
222 - POC	Fornecedores - Títulos a pagar	0,00	0,00
2612 - POC	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0,00	0,00
253+254 - POC	Empresas participadas	0,00	0,00
251+255 - POC	Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00
219 - POCAL/POC	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611 a 2618 - POCAL/POC	Fornecedores de imobilizado	3 865 373,73	3 805 589,26
24 - POCAL/POC	Estado e outros entes públicos	1 455 266,44	1 395 793,13
264 - POCAL	Administração autárquica	20 075,04	19 238,97
262+263+267+268 - POCAL / 262+263+265+267+268+211 - POC	Outros credores	3 342 397,16	2 609 850,37
217 - POCAL	Clientes e utentes com cações	918 379,41	1 241 274,08
		22 304 236,15	19 726 630,45
	Acréscimos e diferimentos		
273 - POCAL/POC	Acréscimos de custos	8 089 367,66	14 395 879,18
274 - POCAL/POC	Proveitos diferidos	128 716 514,05	130 442 559,99
		136 805 881,71	144 838 439,17
	Total do passivo	250 383 798,90	254 334 023,00
	Total dos fundos próprios/capital próprio e do passivo	746 094 121,33	742 365 378,96

Câmara Municipal de Coimbra

Órgão executivo

Em,

20.6.2017



(Manuel Machado)
Presidente

Órgão deliberativo

Em,

Manuel Machado
 Presidente
 José Carlos
 António
 António



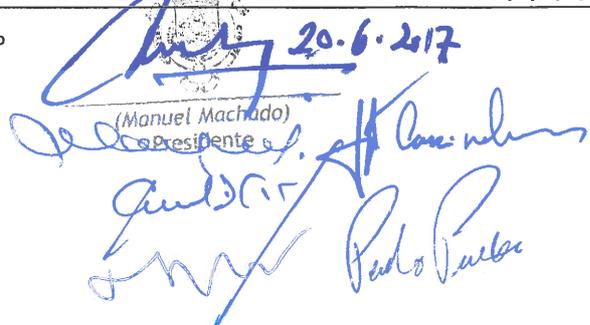


Município de Coimbra
Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2016

Código das contas POCAL/POC		Custos e Perdas		2016		2015	
		Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas					
61 - POCAL/POC	Mercadorias	2 380 333,47				2 470 527,76	
61 - POCAL/POC	Matérias	7 995 396,18	10 375 729,65			9 841 434,25	12 311 962,01
62 - POCAL/POC	Fornecimentos e serviços externos		27 764 410,16				25 899 518,65
	Custos com o pessoal						
641+642 - POCAL/POC	Remunerações	31 533 510,34				31 826 855,72	
643 a 648 - POCAL/POC	Encargos sociais	8 405 202,14				8 253 945,49	
63 - POCAL	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	4 242 132,26	44 180 844,74			3 253 204,75	43 334 005,96
66 - POCAL/662+663 -POC	Amortizações do exercício/imobilizado corpóreo e incorpóreo	13 865 159,74				13 081 686,48	
666+667 - POC	Ajustamentos	0,00				0,00	
67 - POCAL/POC	Provisões do exercício	10 182 880,02	24 048 039,76			11 812 156,94	24 893 843,42
63 - POC	Impostos	28 303,46				29 214,53	
65 - POCAL/POC	Outros custos e perdas operacionais	1 053 737,57	1 082 041,03			296 148,01	325 362,54
	(A) Custos e perdas operacionais		107 451 065,34				106 764 692,58
68 - POCAL/POC	Custos e perdas financeiros		726 906,25				805 317,18
	(C) Custos e perdas correntes		108 177 971,59				107 570 009,76
69 - POC/POCAL	Custos e perdas extraordinários		3 511 040,11				3 971 508,86
	(E) Custos e perdas do exercício		111 689 011,70				111 541 518,62
86 - POC	Imposto sobre o rendimento do exercício		406 721,66				211 493,02
	(G) Custos e perdas+Impostos sobre o rendimento do exercício		112 095 733,36				111 753 011,64
	(H) Interesses Minoritários		- 17 670,46				- 28 681,49
88 - POCAL/POC	Resultado líquido consolidado do exercício		5 024 640,54				2 845 873,14
			117 102 703,44				114 570 203,29
	Proveitos e Ganhos						
	Vendas e prestações de serviços						
7111 - POCAL/711 - POC	Vendas de mercadorias	9 306 045,87				9 203 555,41	
12+7113 - POCAL/ 712+713 - POC	Vendas de produtos	6 457,60				44 485,07	
712 - POCAL/72 - POC	Prestações de serviços	23 942 739,03	33 255 242,50			23 420 647,16	32 668 687,64
72 - POCAL	Impostos e taxas	49 899 429,41				45 820 117,95	
a)	Variação da produção	- 215 181,46				0,00	
75 - POCAL/POC	Trabalhos para a própria entidade	237 526,67				228 048,81	
73 - POCAL/POC	Proveitos suplementares	86 611,51				156 444,15	
74 - POCAL/POC	Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração	20 399 673,87				19 324 787,51	
76 - POCAL/POC	Outros proveitos e ganhos operacionais	2 006 165,45				2 575 915,44	
77 - POC	Reversões de amortizações e ajustamentos	257 816,08	72 672 041,53			1 219 231,47	69 324 545,33
	(B) Proveitos e ganhos operacionais		105 927 284,03				101 993 232,97
78 - POCAL/POC	Proveitos e ganhos financeiros		4 917 212,44				5 236 498,83
	(D) Proveitos e ganhos correntes		110 844 496,47				107 229 731,80
79 - POCAL/POC	Proveitos e ganhos extraordinários		6 258 206,97				7 340 471,49
	(F) Proveitos totais		117 102 703,44				114 570 203,29

Resumo:			
Resultados Operacionais (B) - (A) =		- 1 523 781,31	- 4 771 459,61
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A) =		4 190 306,19	4 431 181,65
Resultados Correntes (D) - (C) =		2 666 524,88	- 340 277,96
Resultados antes de impostos		5 413 691,74	3 028 684,67
Resultado Consolidado com os interesses minoritários do exercício (F) - (G) - (H) =		5 024 640,54	2 845 873,14

ORGÃO EXECUTIVO
Em,


 20.6.2017
 (Manuel Machado)
 Presidente

ORGÃO DELIBERATIVO
Em,